

O EXERCÍCIO PROFISSIONAL E A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO PROFISSIONAL CRÍTICO: NOTAS PARA O DEBATE

Geunice Tinôco Scola¹

Resumo: O ensaio apresenta elementos parciais que fundamentam a pesquisa de doutoramento intitulada “As determinações subjetivas na constituição do sujeito profissional crítico nas Universidades Federais de Minas Gerais”. A pesquisa apoia-se nos contributos do filósofo György Lukács para avançar na discussão relativa à dialética objetividade-subjetividade, com vistas a compreender em que medida objetividade e subjetividade forjam o sujeito profissional crítico e como isso se expressa no exercício profissional dos Assistentes Sociais das Universidades Federais de Minas Gerais contemporaneamente. Trazer o sujeito profissional crítico e a temática da subjetividade para o centro da análise reforça a importância de uma reflexão sobre as dimensões da individualidade e da coletividade no tempo presente.

Palavras-chave: Objetividade-subjetividade; sujeito profissional crítico; G. Lukács

Abstract: The essay presents some of the elements that underpin the doctoral research entitled "The subjective determinations in the constitution of the critical professional subject in the Federal Universities of Minas Gerais". The research is based on the contributions of the philosopher György Lukács to advance the discussion on the dialectic of objectivity and subjectivity, to understand the extent to which objectivity and subjectivity form the critical professional subject and how this is currently expressed in the professional practice of social workers in the Federal Universities of Minas Gerais. Placing the critical professional subject and the theme of subjectivity at the center of the analysis reinforces the importance of reflecting on the dimensions of individuality and collectivity in the present.

Keywords: Objectivity-subjectivity; critical professional subject; G. Lukács

INTRODUÇÃO

Nos estudos dedicados à temática dos Fundamentos do Serviço Social é comum o tratamento conferido ao exercício profissional de imputar-lhe atributos típicos do pragmatismo empirista, da imediatividade e instrumentalidade de suas ações, do ecletismo, entre outros. Por óbvio que a permanência de tais características se fazem sentir mesmo quando reconhecemos

¹ Assistente social da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), mestre em Ciência Política/ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), sob a orientação da Prof.^a Dr^a Cláudia Mônica dos Santos. Membro do Grupo de pesquisa Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-1173-2122>. E-mail: geunice@ufsj.edu.br

a hegemonia do Projeto Ético-Político Profissional² no âmbito acadêmico-formativo, no arcabouço legal de regulamentação do exercício profissional e no interior de suas entidades organizativas. Isso porque o conservadorismo, traço característico de nossa sociedade e assumido nos dias atuais de maneira radical e extremada, se faz presente historicamente na profissão, com uma tênue fronteira entre sua base e o processo desencadeado com a vertente intenção de ruptura (Guerra, 2013).

A despeito disso, considera-se que a ênfase, por vezes excessiva, que atribui o vínculo do exercício profissional e, por consequência, do próprio assistente social a um viés próprio ao estatuto do conservadorismo profissional, obscurece os investimentos profissionais em alternativas que buscam romper com obstáculos que, amiúde, mostram-se desafiadores.

O propósito deste ensaio é realizar uma reflexão acerca dos elementos centrais que fundamentam a discussão proposta pela autora sobre o sujeito profissional crítico e a temática da subjetividade a partir de um referencial lukacsiano. De início, faz-se a discussão sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social, ponto de inflexão com o conservadorismo na profissão, que estabelece os parâmetros para uma formação pautada por uma perspectiva crítica, fundamentando, assim, um novo agir profissional e a constituição de um sujeito profissional crítico. Na sequência passa-se a uma breve apresentação dos elementos centrais da dialética objetividade-subjetividade nos termos lukacsianos. Apresenta-se brevemente a metodologia proposta para a pesquisa e reserva-se, ao final, algumas considerações que indicam os desdobramentos da pesquisa.

A CONSTRUÇÃO DE UMA PERSPECTIVA CRÍTICA PARA A PROFISSÃO

Não são poucas as pesquisas que vêm se dedicando à compreensão do que se convencionou chamar Projeto Ético-Político do Serviço Social. A literatura (Iamamoto, 1999; 2008; Netto, 1992; 2015) indica, como espaço temporal no qual se evidencia o processo que inaugura uma *intenção de ruptura* com o Serviço Social tradicional, o período entre os anos de

² Associa-se tal denominação ao projeto que firma sua fundamentação de análise, interpretação e possibilidade de intervenção profissional na tradição marxista. A partir de uma postura crítica, dada pela intensificação da interlocução com o pensamento de Marx e da contraposição ao tradicional conservadorismo, que atravessa a história da profissão, vanguardas profissionais assumem a direção de renovação do Serviço Social no Brasil por intermédio de uma perspectiva nomeada por Netto (2015, p. 206) como *intenção de ruptura*.

1970 e 1980, em um contexto histórico de luta pela redemocratização da sociedade brasileira. O esforço empreendido na edificação de uma ruptura com o conservadorismo no Serviço Social brasileiro resultou em um direcionamento sociopolítico que se tornou profissionalmente hegemônico no âmbito acadêmico-formativo, no arcabouço legal de regulamentação do exercício profissional e no interior de suas entidades organizativas.

O somatório de avanços teórico-práticos identificados, dados pelos amadurecimento e redimensionamento da imagem da profissão, característico do processo renovador, se corporifica no Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEP)³. Os três documentos normativos⁴ que materializam a direção social inscrita no PEP sinalizam, em termos gerais, a renovação política das entidades organizativas da categoria profissional (CFAS/CRAS, hoje CFESS/CRESS), as consequentes instituições dos Códigos de Ética de 1986 e de 1993 e a superação das limitações formativas, baseadas na segmentação teórico-prática tradicional, tipificadas como Serviço Social de caso, grupo e comunidade. Representam, ainda, a salvaguarda da autonomia profissional, manifesta pela codificação de princípios e valores éticos, do estabelecimento de competências e atribuições, definindo-se os conhecimentos basilares na formação profissional (Iamamoto, 2007).

O PEP traz consigo a consciência da existência e da articulação das dimensões⁵ teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, sinalizando, esta última, uma direção social e um dever-ser. Ao ser assumido como referência à formação, à organização e ao exercício profissional, tal projeto, em sua essência, expressa o fazer profissional como uma práxis que

³ O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro recebe os influxos do movimento de reconceituação latino-americana, do Método BH, e de outras experiências e processos, mas, sobretudo, e de maneira contundente, tem-se o Congresso da Virada (1979) como ponto de inflexão para o fortalecimento da adesão da categoria profissional nas lutas sociais contra a ditadura, pela defesa da redemocratização da sociedade brasileira e pelo necessário impulso de renovação profissional.

⁴ Relembramos que as referências normativas ao PEP são: o Código de Ética do/a Assistente Social (Resolução CFESS Nº 273 de 13 março de 1993), a Lei de Regulamentação da profissão (Lei nº 8662/1993) e as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social, de 1996. Esta última, aprovada na Oficina Nacional da ABESS, hoje ABEPSS, resultou de um intenso debate desenvolvido, entre os anos de 1991 e 1996, em fóruns regionais e nacionalmente. Nelas são estabelecidas “as diretrizes gerais, os pressupostos e princípios da formação em estreita articulação ao exercício profissional” (ABRAMIDES, 2019, p. 60-62). Soma-se a tal normativa constitutiva um elenco de leis provenientes do título VIII — Da Ordem Social —, artigos 193 a 232, prescrito pela Constituição Federal de 1988, que dispõem sobre a regulamentação de políticas sociais diversas.

⁵ Santos (2013, p.25) apresenta o entendimento dessas dimensões como princípios basilares para a consubstancialização da profissão de Serviço Social. Seus elementos são, portanto, constituintes da profissão, intrínsecos à passagem da finalidade ideal – que está no âmbito do pensamento, da projeção – à finalidade real – âmbito da efetividade da ação. São as várias EXTENSÕES que determinam a profissão e suas particularidades.”

associa pensamento e ação, tendendo ao objetivo de transformação. Não se trata de qualquer idealização, em termos de sua efetividade, mas de considerá-lo como possibilidade, uma vez que enquanto projeto ele comporta, como já indicado, um devir, mas importa, igualmente, sua coexistência antagônica com outros projetos, com implicações diretas na “luta cotidiana difícil e complexa diante das contradições e dos paradoxos societários existentes” (Sarmiento, 2011, p. 218).

Pautado em valores que sugerem uma direção social assumida, o projeto profissional ingressa, necessariamente, no interior das disputas e contradições econômicas e políticas típicas da dinâmica societária capitalista, daí advindo a consciência de sua inexorável dimensão política. Netto (1999) menciona que um projeto profissional associa-se a um projeto societário, tipo de projeto coletivo que oferece um sentido norteador para a sociedade e evidencia um nível de abrangência e extensão macroscópica. Os projetos societários no ordenamento social do capital possuem, forçosamente, uma perspectiva de classe, sendo balizados por determinações para a preservação do *status quo* ou de rechaço a este, respondendo aos interesses e às demandas da classe social a qual se vinculam.

Inserido no campo dos projetos profissionais, o PEP possui dinamicidade e capacidade de renovação. Vincula-se aos processos histórico-social e profissional sobre os quais incidem transformações de ordem econômica, histórica e cultural, além do desenvolvimento da própria profissão. Sua inalienável dimensão política, naquilo que diz respeito às relações com um projeto societário e às interseções de diferentes naturezas — classe, gênero, etnia/raça, etc. — como elementos configuradores da sociabilidade existente, inaugura vínculos teórico-práticos e ético-políticos com um ideário emancipatório.

A complexidade das esferas da ética e da política no ordenamento da sociabilidade capitalista, com repercussões em nosso projeto profissional, exige de nós uma reflexão ainda mais acurada, associada às contradições, aos matizes e traços que as delineiam contemporaneamente. Significa, portanto, que a tarefa de reflexão não pode prescindir de ter em consideração que as diversidades e diferenças existentes no contexto social balizam nossas concepções de ética e política e convergem reciprocamente, muito embora, não em grau e medida idênticos.

No campo da ética, o Código de Ética de 1986 dá os primeiros passos na direção da construção de uma nova ética profissional, com avanços importantes e limitações a serem

superadas. O Código de 1993 servirá para suplantar tais limitações e promover um avanço teórico decisivo na normatização fundamentada em princípios e valores absolutamente humanistas, que se apresentam como preceitos fundamentais na condução do exercício profissional. A importância da defesa dos princípios e valores reunidos no Código de 1993 vincula-se ao campo democrático, à garantia de direitos e a uma perspectiva instituinte de uma nova ordem societária, associando-se, de maneira inalienável, a *um novo modo de operar o trabalho profissional* referenciado por tais princípios (Iamamoto, 1999).

A dimensão política da profissão, por sua vez, exige ao profissional ir além da política cotidiana permitida no ambiente institucional, habitualmente impregnada de empirismo, burocratismo, práticas manipulatórias, etc., para, a partir de

uma visão de mundo, articulada a uma ética correspondente [que] se liga à ação no sentido de interferir no comportamento dos homens, no enfrentamento dos conflitos sociais.[...] os assistentes sociais, enquanto cidadãos e trabalhadores, passam a ser parte de um 'sujeito coletivo', que partilha concepções e realiza, em comum, atos teleológicos articulados e dirigidos a uma mesma finalidade, como parte da comunidade política (Op. cit, p. 230).

Ao projetar ações, direcionadas para a objetivação de valores e finalidades, o assistente social define sua práxis. A designação do projeto profissional como ético e político envolve a compreensão de que “a teleologia implica valores e que a objetivação supõe a política como espaço de luta entre projetos diferentes”. Nesse sentido, um projeto profissional justifica-se pelo atendimento de necessidades sociais, com vistas à produção de respostas objetivas que repercutirão em termos sociais, éticos e políticos. (Barroco, 2010, p. 65)

O projeto profissional, expresso no PEP, possui uma estrutura elementar que possibilita incorporar novos elementos, questões e contendas processualmente. Mas, sobretudo, é importante destacar a afirmação da direção e do compromisso esculpidos no projeto ao expressar “em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central — a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais”. (Netto, 1999, p. 15)

Inobstante ao que possa parecer, examinando os argumentos apresentados até aqui, não há de se falar em uma hegemonia absoluta ou, sequer, na plena efetivação do projeto ético-político. Isto porque a confluência entre a natureza de um projeto e a ação humana não se faz

sem mediações e contradições. Entre a projeção e sua efetivação “não há uma relação de identidade”, pois entre consciência e ação — sujeito e objeto — processa-se uma *relação não identitária*. Nesse sentido, Lukács (2013) argumenta que a distância entre sujeito e objeto se faz de maneira idêntica entre objeto concreto e seu conceito, donde se depreende que o idealizado, o que projetamos, resulta em algo diverso quando materializado por nossas ações. Sobre a efetivação de uma ideia incidem questões, fatos ou problemas não previstos que provocam alterações e o desenlace mostra-se não idêntico ao formulado no pensamento.

Importante ainda que se tenha em mente o fato de que, como diz Netto (1999), o Projeto Ético-Político se constrói por um *sujeito coletivo heterogêneo*, em suas origens, expectativas sociais, condições intelectuais, etc. Trata-se de um corpo profissional no qual coexistem projetos individuais e societários distintos, o que significa o reconhecimento e a aceitação do pluralismo no interior da profissão a referendar, da mesma forma, a existência de projetos profissionais divergentes e em disputa pela garantia de sua hegemonia.

ASPECTOS DA SUBJETIVIDADE HUMANA NOS ESCRITOS DE LUKÁCS

Para uma aproximação maior do tema que fundamenta os estudos em tela, optou-se por apresentar brevemente as principais categorias do pensamento lukacsiano que servem de base para o entendimento da subjetividade em termos marxista.

Previamente destacamos a inexistência de discussão específica sobre a questão da subjetividade humana no campo marxista, mas, em sentido diverso, o que se identifica são reflexões dispersas, não sistemáticas e referências simultâneas na tessitura textual e analítica realizada seja por Marx, seja por Lukács. Ainda assim, ambos os autores, em suas obras, desenvolvem reflexões que, ao trazerem à tona uma posição teórica de natureza ontológica, evidenciam os atributos próprios do ser social, e Lukács o faz a partir do resgate das determinações ontológicas do ser social elaboradas por Marx.

Há consenso em diferentes estudiosos do pensamento marxiano (Teixeira, 1999; Alves, 2006; Lukács, 2013) sobre a relevância desta questão em Marx e, sobretudo, de sua compreensão. Porém, o precário entendimento do tema e mesmo sua subalternidade ainda persistem, inclusive entre autores que se vinculam à tradição marxista (um marxismo vulgar), que atribui ao pensamento de Marx um determinismo econômico.

Nessa perspectiva, o estudo da individualidade⁶ no pensamento marxiano assume importância singular contemporaneamente, seja para superarmos o desvirtuamento de sua obra em relação ao tema, seja para avançarmos na compreensão dos fundamentos da individualidade humana neste autor. Aqui tem-se o propósito de apresentar, de maneira bastante introdutória, os princípios conceituais da ontologia materialista de Lukács, compreendendo-a como um importante passo na retomada dos elementos basilares do pensamento marxiano, que informam as determinações ontológicas do ser social.

O complexo do trabalho é o ponto de partida da análise realizada por Lukács em sua obra “Para uma ontologia do ser social”. Nela o pensador indica ser este o complexo fundante do ser social que se configura como “modelo de toda práxis social”. Isto porque o trabalho, como atividade humana, transforma a natureza com vistas a suprir as necessidades dos homens. Neste processo o homem preserva a si mesmo, ao estabelecer o nexo entre as esferas orgânica e inorgânica, absolutamente imprescindíveis para tanto, e, simultaneamente, inaugura as relações entre os homens. Significa, então, que o ser social ao se desenvolver o faz tendo como base o ser orgânico que, por sua vez, sobrevém do inorgânico, em um processo de autocriação, na contínua produção e reprodução do homem e do mundo que habita. O gradual “afastamento da barreira natural”, pela diferenciação e complexificação deste novo ser, faz com que o vínculo biológico deixe de ser exclusivo, embora sempre presente na existência humana.

Na medida em que a atividade laboral é o meio de responder aos carecimentos humanos, o homem, como “um ser que dá respostas”, desenvolve novas capacidades e impulsiona o desenvolvimento social, o conhecimento e a criação dos meios necessários à reprodução social. Assim, um contínuo desenvolvimento é viabilizado pelo trabalho que exige do homem uma adaptação ao mundo, não apenas reativa/passiva, mas consciente e ativa (Lukács, 1978, p.5).

Alguns elementos são identificados por Lukács como característicos do trabalho. Em primeiro plano e como categoria ontológica central do trabalho tem-se o pôr teleológico. A dimensão teleológica representa o pôr dos fins que a consciência realiza. Ao recorrer à consciência, tendo o trabalho como elemento de mediação, o homem articula a intenção —

⁶ Teixeira (1999) e Alves (2006) abordam a questão da individualidade humana no pensamento de Marx, a partir de estudos realizados nas obras marxianas do período de 1843 a 1848 e nos Grundrisse, respectivamente.

finalidade do ato humano, o pôr dos fins — com os elementos que permitem a concretização do previsto/idealizado. O que particulariza a atividade humana é por certo que ela é posta em movimento por um ato da consciência. Mas não se pode perder de vista a necessária existência de um propósito na interação homem-natureza, que se efetiva a partir da análise da realidade objetiva. O papel ativo atribuído à consciência é decisivo, na exata medida em que não lhe cabe mais ser um epifenômeno da reprodução biológica : “o produto, diz Marx, é um resultado que no início do processo existia "já na representação do trabalhador", isto é, de modo ideal” (Marx citado por Lukács, 1978, p.5).

Lukács reconhece que toda práxis social, tendo o trabalho como modelo, traz consigo uma contradição que lhe é inerente, pois todo ato social envolve escolhas que devem sopesar corretamente a forma de utilizar os nexos causais que possibilitam a realização do fim. É preciso, portanto, que na decisão entre alternativas o homem considere tanto meios quanto fins e circunstâncias na efetivação dos propósitos almejados. A alternativa definida como “um ato de consciência, é, pois, a categoria mediadora com cuja ajuda o espelhamento da realidade se torna veículo do pôr de um ente.” (2013, p. 73)

Aqui tem-se a introdução da categoria alternativa, de caráter essencialmente cognitivo, porque apresenta as possibilidades concretas, as escolhas possíveis para o homem de estipular as finalidades dos seus atos laborais, tanto quanto a forma de executá-los. Esta dimensão da práxis humana manifesta-se na ação do sujeito, o “sujeito que põe”, com caráter de objetividade e subjetividade, sendo condicionada tanto pela consciência ponente, com uma ação derivada de carecimentos e de projetos individuais, quanto pelas determinações objetivas da realidade social.

Ora, se o sujeito que trabalha é quem realiza e dirige sua ação para finalidades que são definidas de antemão, há de reconhecer que todo o movimento desta atividade envolve e se nutre da subjetividade humana. Não significa, todavia, que o fator subjetivo⁷ implique a supressão da objetividade existe, mas, ao contrário, o que identifica-se como característico é o imbricamento entre objetividade e subjetividade nas ações humanas.

Ao definir o homem como um ser que dá respostas às suas necessidades, “por meio de uma cadeia de alternativas”, Lukács introduz mais um elemento que se manifesta no ser

⁷ Termo utilizado por Lênin, segundo Lukács (1978, p. 12).

social, a liberdade. A liberdade participa do complexo da subjetividade, pois é derivada do sujeito da alternativa e, enquanto tal, da decisão a ser por ele tomada para que o processo de trabalho se efetive. Contudo, a liberdade, em sua gênese ontológica, não pode prescindir de considerar que seu fundamento se vincula “em uma decisão concreta entre diversas possibilidades concretas” da realidade; de modo igual, envolve um “querer transformar a realidade”, ou não, e, portanto, a referência última, mesmo que abstratamente, permanece sendo a realidade.

SOBRE A METODOLOGIA PROPOSTA E ASPECTOS PRELIMINARES

A proposta da pesquisa de doutoramento volta-se ao conhecimento dos sujeitos que em seu exercício profissional defrontam-se com alternativas postas e a respectiva necessidade de escolher a partir de novas referências teóricas, políticas e éticas numa perspectiva que rompe com a tradicional ação profissional. Nesse sentido, indagar sobre o sujeito profissional crítico, sobre a relação dialética entre objetividade e subjetividade de suas ações e sobre o nexó ético-político que caracteriza a adesão ao Projeto Ético-Político Profissional são de fundamental importância para compreender a particularidade do exercício profissional nessa perspectiva.

A escolha da abordagem quantitativa, como primeira fase da pesquisa, se faz para responder questões que nortearão a construção do perfil socioprofissional das/os assistentes sociais e de aproximação aos cenários organizacionais, tanto quanto para a construção da amostra da população a ser pesquisada. A ferramenta de coleta de dados a ser utilizada para esse fim será o questionário on-line, por se tratar de uma pesquisa de cunho censitário englobando um amplo universo de profissionais. O Estado de Minas Gerais agrega o maior número de instituições federais de ensino superior, contando com 11 (onze) universidades em regiões distintas e corpos técnicos que totalizam 158 (cento e cinquenta e oito) assistentes sociais em áreas como saúde, gestão de pessoas e assistência estudantil, conforme mapeamento realizado.

Na segunda fase da investigação, o método qualitativo servirá de alicerce maior no processo de conhecimento da realidade pesquisada, considerando tratar-se de uma pesquisa descritiva. A abordagem qualitativa objetiva a compreensão e a interpretação de sua matéria prima, que constitui-se dos elementos essenciais e complementares da existência humana:

experiência, vivência, senso comum e ação. Assim, a utilização do grupo focal objetiva a apreensão das percepções, atitudes e sentimentos relativos ao tema pesquisado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Maranhão (2016) reafirma que a principal *peleja*⁸ para o Serviço Social continua sendo a consolidação e o espraiamento da perspectiva crítico-dialética, particularmente no âmbito da atuação profissional. De fato, o que se observa é o incremento aos conhecimentos instrumentais e pragmáticos que favorecem respostas pontuais às demandas cotidianas que se apresentam no universo profissional. Inobstante o complexo de problemas⁹ que desafiam a construção de um exercício profissional crítico, com abundantes referências pela literatura, defende-se aqui ser mais do que necessário avançar na compreensão das *possibilidades* e, nesse sentido, as indagações a serem feitas são: O que favorece a adesão a uma perspectiva profissional crítica pelo sujeito profissional? Quem é esse sujeito profissional que adere ao projeto ético-político profissional, cujo exercício profissional se edifica em um ambiente social que se contrapõe perversamente à projeção e às escolhas que realiza na construção do agir profissional?

As reflexões que introduzem a compreensão do tema da subjetividade, em termos lukacsianos, buscam avançar no enfoque das condições objetivas e subjetivas que engendram um determinado tipo de profissional, em suas crenças, valores, modos de agir e interagir. Pretende-se, nesse sentido, suscitar reflexões sobre o sujeito profissional e a constituição e efetiva assimilação do *ethos* profissional propugnado pela perspectiva crítica da profissão.

A discussão precedente expõe elementos importantes, ainda que parciais, do debate que incide sobre as condições objetivas e subjetivas¹⁰ determinantes para a constituição do

⁸ Expressão utilizada como título da coletânea organizada pelas professoras Ana Elizabete Mota e Ângela Santana do Amaral (2016) na qual Maranhão apresenta um artigo.

⁹ Maranhão (2016) elenca três circunstâncias que potencializam as bases conservadoras do Serviço Social e, com isso, geram sempre dificuldades adicionais de apropriação da perspectiva crítico-dialética: o “sincretismo profissional”; a *aproximação enviesada*, portanto frágil, sob muitos aspectos vinculada ao marxismo vulgar; e traços de manipulação, amplificados absurdamente no capitalismo maduro, que provocam uma acentuada desigualdade na correlação de forças entre as classes, enfraquecendo, assim, o projeto político da classe trabalhadora.

¹⁰ Guerra (2000) define o que seriam as condições objetivas e subjetivas com as quais o assistente social se confronta no exercício profissional: as condições objetivas se referem à produção material da sociedade e as condições que se apresentam postas na realidade objetiva, tais como, a divisão do trabalho, a propriedade dos meios de produção,

sujeito profissional crítico. Depreende-se que o assistente social ao definir finalidades para o exercício profissional e articular os recursos e o sistema de mediações essenciais para a obtenção do fim desejado, estabelece um vínculo entre sua ação teleológica o conjunto de alternativas concretas de sua prática. Ao decidir entre alternativas postas, o assistente social exercita a sua possibilidade de realizar escolhas, o que também implica ter em vista as respostas a tais escolhas, bem como a direção social pretendida, demonstrando a possibilidade de adesão a uma perspectiva profissional pautada em um arcabouço teórico-metodológico crítico e em valores e princípios ético-políticos.

Conjectura-se que a literatura do Serviço Social mantém ainda um debate pouco expressivo, no qual o sujeito profissional crítico, em suas escolhas e respostas frente às demandas sociais postas no cotidiano institucional e no interior da racionalidade capitalista, não comparece. Em vista disso, pretende-se trazer à cena este sujeito e considerar suas escolhas e decisões circunscritas ao campo dos possíveis. A pesquisa encontra-se fundamentada nestes pressupostos, com desdobramentos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz C. **O projeto ético-político do serviço social brasileiro: ruptura com o conservadorismo**. São Paulo, Cortez, 2019.

ALVES, A.J.L. A Individualidade Moderna nos Grundrisse. Verinotio - **Revista On-line de Educação e Ciências Humanas**. No 4, Ano II, abril de 2006.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 8ª ed. São Paulo, Cortez, 2010.

FORTES. Ronaldo V. As três determinações fundamentais da análise lukacsiana do trabalho: modelo das formas superiores, prioridade ontológica e abstração isoladora Crítica da ideia da centralidade do trabalho em Lukács. Verinotio - **Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**. Ano XI . out./2016 . n. 22.

GUERRA, Yolanda. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v.16, n.esp., p.39-49, 2013.

a conjuntura, os objetos e os campos de intervenção, os espaços sócio-ocupacionais, as relações e condições materiais de trabalho. Já as condições subjetivas são atinentes aos sujeitos, às escolhas por eles realizadas, ao nível de aperfeiçoamento e competência profissionais, envolvendo, igualmente, o preparo técnico e teórico-metodológico, ao acervo de referenciais teóricos, metodológicos, éticos e políticos, dentre outras.

_____. A instrumentalidade do serviço social. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. O trabalho do assistente social e as políticas sociais. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 4. CFESS/ABEPSS- UNB, 2000.

IAMAMOTO, Marilda V.; SANTOS, Cláudia M. dos (orgs.). A história pelo avesso: a reconceitualização do serviço social na América Latina e interlocuções internacionais. 1ª ed. São Paulo. Cortez Editora: CNPQ, 2021. p. 25-67.

IAMAMOTO, Marilda V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 10ª ed. São Paulo, Cortez, 2008.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2ª ed. São Paulo, Cortez, 1999.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. Tradução de Nélio Schneider; Ivo Tonet; Ronaldo Vielmi Fortes. 1. ed. São Paulo, Boitempo, 2013.

_____. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. In: **Temas de Ciências Humanas**. NOGUEIRA, Marco A.; BRANDÃO, Gildo M.; CHASIN, J.; SODRÉ, Nelson W. S. (Orgs.) Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. São Paulo. 1978, p. 1-18.

MARANHÃO, César. Uma peleja teórica e histórica: Serviço Social, sincretismo e conservadorismo. In: MOTA, Ana E.; AMARAL, Angela (orgs). **Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social Brasileiro**. São Paulo, Cortez, 2016. p. 165-205

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo, Cortez, 1992.

_____. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS. 1999.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17ª ed. São Paulo, Cortez, 2015.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. Revista Conexão Geraes, nº3, 2º sem/2013. p. 25-30.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. **Ética e Serviço Social: fundamentos e contradições**. Revista. Katálysis, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 210-221, jul./dez. 2011.

TEIXEIRA, Paulo T. Fleury. A individualidade humana na obra marxiana de 1843 a 1848. **Ensaios Ad Hominem**, n.1, Tomo I. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.